

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017



CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Balanços patrimoniais
Demonstrações dos resultados
Demonstrações dos resultados abrangentes
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	5	4.323	1.407
Contas a receber de clientes	6	1.120	2.107
Adiantamentos	7	4	20
Estoques	8	317	215
Tributos a recuperar	9	86	70
		5.850	3.819
Não circulante			
Partes Relacionadas LP	15	-	2.220
Outros Créditos de LP	10	219	282
Imobilizado		3.293	3.278
Intangível		26	26
		3.538	5.806
Total do ativo		9.388	9.625

Passivo e PL			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	11	252	261
Obrigações trabalhistas e sociais	12	174	170
Obrigações tributárias	13	66	234
Dividendos a Pagar	17	63	-
		555	665
Não circulante			
Tributos Diferidos ELP	13	88	98
Obrigações com Partes Relacionadas ELP	15	-	80
Provisões Trabalhistas e Cíveis	14	1617	1.530
		1705	1.708
Patrimônio Líquido			
Capital Social		1.000	1.000
Reserva Legal		200	200
Lucros à Disposição da Assembleia		5.928	6.052
		7.128	7.252
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.388	9.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Demonstração do resultado**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Período de doze meses findos em:	
		31/12/2018	31/12/2017
(=) Receita Líquida	18	7.633	6.984
(-) Custos dos Serviços Prestados	19	(3.288)	(4.242)
(=) Lucro Bruto		4.345	2.742
(+/-) Despesas/receitas Operacionais		(3.901)	(3.404)
Despesas operacionais	20	(3.129)	(2.854)
Outras receitas operacionais		-	-
Outras despesas operacionais	20.1	(772)	(550)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		444	(662)
Resultado Financeiro		88	20
Receitas financeiras		163	239
Despesas financeiras		(75)	(219)
(=) Lucro antes do IR e Contribuição Social		532	(642)
IR e Contribuição Social Sobre o Lucro	21	(281)	(285)
Corrente		(286)	(297)
Diferido		5	12
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício		251	(927)
Quantidade de ações		1.000	1.000
Lucro líquido por ação		0,25	(0,93)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	251	(927)
Total do resultado abrangente do exercício	251	(927)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Saldos à Disposição da Assembleia	Lucro do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000	200	7.960	-	9.160
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(980)	-	(980)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	(927)	927	-
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	(927)	(927)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.000	200	6.052	-	7.252
Efeitos Adoção CPC 48	-	-	(312)	-	(312)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(63)	(63)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	188	(188)	-
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	251	251
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.000	200	5.928	-	7.128

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do exercício	251	(927)
Provisões Contingências Trabalhistas e Cíveis	87	1.530
Lucro ajustado	338	603
Contas a receber de clientes	987	545
Adiantamentos	16	(7)
Estoques	(102)	(50)
Tributos a recuperar	(16)	(31)
Outros Créditos de LP	63	11
Fornecedores	(9)	(41)
Obrigações trabalhistas e sociais	4	-
Obrigações tributárias	(169)	148
Adiantamentos de Terceiros	-	-
Dividendos a Pagar	63	(482)
Outras Contas a Pagar	-	-
Tributos Diferidos ELP	(10)	(26)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.165	670
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Créditos com Partes Relacionadas	2.220	-
Imobilizado	(14)	(15)
Caixa líquido das atividades de investimentos	2.206	(15)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Obrigações com Partes Relacionadas ELP	(80)	-
Dividendos Distribuídos	(63)	-
Ajustes do Patrimônio	-	(980)
Efeitos adoção CPC 48	(312)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(455)	(980)
Aumento/(redução) líquido de caixa	2.916	(325)
Caixa no final do período	4.323	1.407
Caixa no início do exercício	1.407	1.732
Aumento/(redução) líquido de caixa	2.916	(325)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

O **CRG - Centro Radiológico do Gama S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília-DF, tendo como atividade principal a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e de radiologia, nas áreas de ultra-som, radiologia geral, mamografia, densitometria óssea, tomografia computadorizada e ressonância magnética.

A Companhia está localizada no setor sul residencial Gama-DF, incluindo a parte administrativa.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas Em milhares de Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Depreciações do ativo imobilizado;
- Provisões para contingências; e
- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, sendo que os valores foram arredondados eliminando a casa dos centavos, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 10). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

2.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação do **CRG - Centro Radiológico ao Gama S.A.** dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

- a) A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, não havendo expectativa de impacto significativo na adoção para as demonstrações financeiras do Hospital, no exercício de 31 de dezembro de 2018, conforme destacado a seguir.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Conforme estipulado no pronunciamento técnico CPC 47, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, a taxa inicial não restituível deverá ser reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços forem prestados.

b) Receita de Contrato com Cliente CPC 48

O CPC 48 estabelece a forma de classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui as regras dispostas no CPC 38, que trata da classificação e da mensuração de instrumentos financeiros.

Dentre as principais alterações, destaca-se: (i) os novos critérios de classificação/mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) o novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em análise ao novo modelo de impairment dos ativos financeiros estabelecido no CPC 48, observa-se que a imparidade passa a ser constituída com base nas perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O grupo visualiza impacto nas Demonstrações Contábeis, uma vez que no novo modelo normativo as estimativas de perdas não consideram somente os títulos vencidos e não pagos como base para a constituição da perda de crédito de liquidação duvidosa, mas sim, todos os créditos a receber.

Essa classificação exigirá um julgamento relevante sobre como os fatores a seguir, afetam as perdas esperadas de crédito: (i) as mudanças em fatores econômicos; (ii) o contexto no qual o cliente está inserido; (iii) a situação financeira do cliente; e (iv) o histórico do cliente frente ao Grupo Santa.

Nesse contexto, a Companhia aplicou em 2018, conforme orientação da CVM, a abordagem simplificada para registrar as perdas esperadas durante toda a vida do "contas a receber" dos seus clientes.

3. Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação, pois não houve o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.3. CPC 48 - Instrumentos Financeiros, Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

Esse novo CPC, equivalente ao IFRS 9, estabelece como ano de sua adoção o exercício de 2018. Nesse sentido, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros, novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração do Grupo Santa revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos relevantes na classificação e mensuração, assim como na contabilização de hedge, uma vez já estarem alinhadas com as práticas de administração de risco do Grupo Santa. Quanto ao modelo de "impairment" (de perda incorrida para perda esperada) a Companhia finalizou os estudos de implementação dessa norma e auferiu um incremento na provisão estimada no valor de R\$ 312.000 no total de provisão sobre a carteira de recebíveis. Entretanto, considerando o comportamento atípico de sua carteira de recebíveis, ao longo do próximo exercício, o Grupo Santa continuará a avaliar o seu modelo de provisionamento de forma a adequá-lo ao comportamento específico de sua carteira de recebíveis. Em resumo, o impacto inicial desta norma será reconhecido contra o Patrimônio Líquido da Companhia no montante de R\$312.000, líquido de impactos tributários (em 1º de janeiro de 2018).

3.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas a atividade fim da Cooperativa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Vide detalhamentos descritos na nota explicativa nº 17.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- (iii) Critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Prestação de serviços – Convênios

A Companhia presta serviços inerentes ao objeto da empresa e seus clientes, os convênios de saúde, são sua principal fonte de faturamento. As vendas são reconhecidas no momento da prestação de contas para o usuário do plano de saúde junto à Companhia. Portanto, todo seu faturamento é comprovado através de notas fiscais e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes.

b) Prestação de serviços - Glosas

As receitas de glosas tratam-se de receitas anteriormente canceladas e que foram recuperadas. O trâmite é dado da seguinte forma:

- A Companhia emite nota fiscal e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes;
- Os convênios, por sua vez, tem o direito de enviar uma perícia em campo para identificar nos laudos apresentados, se existem serviços prestados pela Companhia que estão fora da cobertura dos convênios, seja por questões contratuais ou outros motivos;
- A Companhia, quando recebe os comunicados das glosas, registra como cancelamento contábil e fiscal, em primeiro momento, a fim de fazer a liquidação da fatura da parte que não foi glosada;
- Mesmo após as glosas por parte dos convênios e a Companhia ter aceitado em primeiro momento, ainda é reservado o direito da Companhia a recorrer das glosas e transformá-las novamente em receita. Por isso, existe a necessidade de registrar receitas de glosas.

c) Prestação de serviços - Particulares

As receitas pelo canal de vendas "Particulares" são registradas da seguinte forma:

- Clientes que não possuem convênios e contratam os serviços diretamente da Companhia, portanto, as receitas são faturadas diretamente aos pacientes, usuários dos serviços.

d) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva e descontos obtidos.

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.13. Distribuição de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.14. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, que após aprovados pela CVM, passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias.

Destaca-se que, apesar das normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada da norma a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, proibiu a aplicação antecipada da norma. Dessa forma, passam a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48 e 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2).

Assim, em análise aos possíveis impactos gerados com a adoção dessas normas, verificou-se o seguinte:

- Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2), de aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019, eliminou a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a. reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b. reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e
- c. reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3.17 Gestão de risco financeiro

- **Considerações gerais e políticas**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (contas a receber), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado: i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e ii) com relação ao contas a receber os valores estão concentrados em operadoras de planos de saúde, entretanto as condições contratadas são normalmente observadas pelas partes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos, exceto a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para glosas médicas.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	28	141
Aplicações Financeiras de curto prazo	4.295	1.266
Total	4.323	1.407

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Convênios de assistência	973	2.026
Cartões de Créditos	147	81
Total	1.120	2.107

6. Adiantamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a Fornecedores de Serviços	-	14
Outros Adiantamentos	4	6
Total	4	20

7. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Medicamentos e Material Hospitalar (a)	257	154
Outros Estoques	60	61
Total	317	215

(a) Estoques representados pelos medicamentos e materiais que são utilizados diretamente na prestação dos serviços médicos aos pacientes.

8. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
ISS Retencao Orgaos Publicos	18	2
IRPJ Pago A Maior	5	5
ISS Retencao Empr. Priv. Convênio	15	15
Pis pago a maior	8	8
COFINS Pago A Maior	27	26
CSLL Pagto A Maior	4	4
PERT - Programa Especial De Regularização Tributária	9	10
Total	86	70

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

Descrição do Bem	2018			2017	Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Edificações e Construções	552	(100)	452	452	4%
Móveis e utensílios	100	(6)	95	95	10%
Máquinas e equipamentos	13	-	13	13	10%
Equipamentos Medicina e Cirurgia	250	(65)	185	185	10%
Equipamentos de Radiologia	2.669	(921)	1.747	1.747	10%
Equipamentos de Informática	189	(91)	98	98	20%
Veículos	16	(10)	6	6	20%
Instalações	137	(32)	105	105	10%
Outros	592	-	592	577	0 a 20%
Total	4.517	(1.225)	3.293	3.278	

10. Fornecedores a pagar

	2018	2017
Materiais e medicamentos	87	47
Imobilizado	9	74
Serviços médicos	9	5
Serviços de manutenção	36	39
Materiais diversos	26	15
Almoxarifado	3	21
Outros serviços de Pessoa Jurídica	82	60
Total	252	261

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados	66	63
Provisão trabalhistas e encargos	86	86
FGTS	6	5
INSS	16	16
Total	174	170

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

12. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	6	8
PIS a recolher	2	2
IRPJ a recolher	17	8
CSLL a recolher	15	10
Retenção 4,65%	11	10
IRRF	1	1
ISS	11	1
IMPOSTOS DIFERIDOS	88	98
OUTROS TRIBUTOS	3	183
	154	332
Circulante	66	234
Não circulante	88	98
	154	332

13. Provisão Trabalhistas e Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do **CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A** adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características apresentadas no balanço na rubrica Outras Contas a Pagar:

a) Processos classificados como prováveis de perda e provisionados contabilmente:

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	1.617	1.530
Total	1.617	1.530

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b) Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente:

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	200	-
Total	200	-

Os Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente, tiveram uma redução em função da atualização das planilha e controles operacionais extra contábeis.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

14. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

a) Valores a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Cliente - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	1	167
Contrato de Mutuo a receber – HOSP. PRONTONORTE	-	374
Contrato de Mutuo a receber – HOSP. M ⁹ AUXILIADORA	-	66
Contrato de Mutuo a receber - CRB	-	1.780
Total	1	2.387
Clientes	1	167
Mútuo	-	2.220
Total	1	2.387

Os valores dos mútuos são contratos de conta corrente recíprocas, nas quais as correntistas deixam a disponibilidade diária recursos financeiro em caixa único, os quais são utilizados para extinção de obrigações. Os débitos e créditos são quitados por meio de confronto periódico realizados através de balanços contábeis.

Os valores à receber de partes relacionadas de clientes fazem parte da composição da rubrica do grupo de clientes no ativo circulante

b) Valores a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
HOSPITAL SANTA LUCIA S/A - MUTUO	-	(80.000)
Total	-	(80.000)

15. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração que corresponde a benefícios de curto prazo e os valores estão em condições normais de mercado.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

16. Empréstimos e Financiamentos

A Administração do CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A esclarece que a empresas não constitui e não possui obrigações com empréstimos e financiamentos em seus passivos de curtos e longo prazo.

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Companhia era de R\$ 1.000.000 (Um milhão de reais).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alteração no capital social, sua composição é de 1.000.000 de ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva de lucros para investimentos e capital está representada pelos lucros não distribuídos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	63	-
	63	-

18. Receita líquida

Abaixo apresentamos a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta de serviços	8.536	8.320
(-) Impostos sobre a receita	(464)	(439)
(-) Descontos e abatimentos	(439)	(897)
Receita Líquida	7.633	6.984

19. Custos dos Serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Custos com Serviços PJ	(1.763)	(3.087)
Custos com Pessoal	(729)	(709)
Custos Medicamentos e Materiais Hospitalares	(627)	(439)
Outros Custos Aplicados	(169)	(7)
Receita Líquida	(3.288)	(4.242)

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

20. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Encargos Sociais	(622)	(353)
Serviços de Manutenção e Conservação	(966)	(876)
Serviços de Terceiros	(1.006)	(1.056)
Despesas Tributárias	(12)	(13)
Demais Despesas Operacionais	(523)	(556)
Total	(3.129)	(2.854)

20.1. Demais despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Contingências Trabalhistas e Cíveis	(87)	(550)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(377)	-
Perdas Efetivas de Convênios e Clientes	(316)	-
Outras despesas operacionais	8	-
Total	(772)	(550)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	532	(642)
Receita Operacional	8.105	7.420
Alíquota aplicada sobre a receita	8% e 12%	8% e 12%
Resultado da aplicação da alíquota sobre a receita	664	602
Demais receitas e ganhos de capital	163	239
Base de Cálculo	827	840
Alíquota	34%	34%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(281)	(285)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(286)	(297)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	5	12

CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

22. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes de 1º de janeiro até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24/IAS 10.

23. Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Ao encerrar este exercício social em 31 de dezembro de 2018, o **CRG - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA S/A**, tem a satisfação de submeter para exame e apreciação de V.Sas., em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, o BALANÇO PATRIMONIAL, com respectivas DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Brasília-DF, 29 de abril de 2019.

